



DECLARAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL 2024

O prazo da entrega se inicia em 12 de agosto

No dia 24 de julho, o Ministério da Fazenda publicou no Diário Oficial da União a [Instrução Normativa nº 2206/2024](#), que regulamenta os prazos, as obrigações e os procedimentos para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) do exercício de 2024.

- **Quem deve apresentar a Declaração do ITR**

Nos termos da instrução normativa, a apresentação é obrigatória para a pessoa física ou jurídica que seja **proprietária, titular do domínio útil ou possuidora a qualquer título de um imóvel rural**, inclusive, no caso de ser usufrutuária, compossuidora e coproprietária em condomínio.

A apresentação da declaração também é devida para aquele que, entre 1º de janeiro de 2024 e a data de apresentação da DITR, perdeu a posse ou a propriedade do imóvel rural para fins de reforma agrária, ou em função de alienação ao Poder Público. Apenas as pessoas imunes ou isentas estão desobrigadas da apresentação.

- **Do prazo para apresentação**

A apresentação da DITR deverá ser realizada entre **12 de agosto de 2024 e 30 de setembro de 2024, até às 23h59min59s** (horário de Brasília), sob pena de multa por atraso na entrega no importe de 1% do valor do imposto devido, não sendo inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

- **Da forma de elaboração da declaração**

O contribuinte deverá elaborar a declaração através do **Programa Gerador da Declaração do ITR relativo ao exercício de 2024** - Programa ITR 2024, disponível no site da RFB, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/receitafederal>.

TRIBUTÁRIO

A transmissão da DITR pode ser feita tanto pelo **Programa ITR 2024** quanto pelo Receitanet, ambos disponíveis no site da Receita Federal.

▪ Componentes da declaração

A DITR é composta pelo *Documento de Informação e Atualização Cadastral do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural* (Diac), que apresenta as informações cadastrais do imóvel e do seu titular, e pelo *Documento de Informação e Apuração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural* (Diat), que dispõe de outros dados necessários ao cálculo do imposto, tais como características da propriedade, uso da terra e exploração econômica. Ambos os documentos são elaborados através do Programa ITR 2024.

▪ Ato Declaratório Ambiental (ADA)

A apresentação do Ato Declaratório Ambiental (ADA) ao Ibama (<https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/sistemas/ada-1>) **continua obrigatória** para fins de exclusão das áreas não tributáveis do imóvel rural, tais como áreas de preservação permanente e de reserva legal. O contribuinte **deverá apresentar o ADA** e informar o seu número em campo específico da DITR.

É importante destacar que o **Ministério da Fazenda não considerou aplicável para o ITR de 2024** os efeitos da Lei n.º 14.923/2024, publicada em 24 de julho de 2024, que revogou o caráter obrigatório da apresentação do Ato Declaratório Ambiental (ADA) para efeito de redução do valor a pagar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

▪ Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Os contribuintes que são proprietários ou possuidores de imóveis rurais já inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) **devem informar o número do recibo de inscrição na DITR 2024**, exceto aqueles que se enquadre nas hipóteses de **imunidade ou isenção** previstas na Instrução Normativa SRF nº 256, de 11 de dezembro de 2002, nos artigos 2º e 3º.

▪ Comprovante de apresentação da DITR e da sua retificação

Após a transmissão da DITR, o Programa ITR 2024 gerará um recibo que, uma vez gravado no disco rígido do computador ou em mídia USB, deverá ser impresso para comprovação.

Em caso de erros ou omissões na DITR enviada, o contribuinte poderá apresentar uma DITR retificadora antes do procedimento de lançamento de ofício. A elaboração e o envio da retificação deverão ser realizados pelo Programa ITR 2024 ou pelo Receitanet.

TRIBUTÁRIO

- **Tabela de referência de Valores da Terra Nua 2024**

Na elaboração do cálculo do ITR, antes de realizar o envio da declaração, é importante que o produtor rural verifique quais são os Valores referência da Terra Nua informados pelo município no Sistema de Preços de Terras (SIPT). O envio desses valores é realizado pelos municípios que celebraram convênio com a União para a fiscalização e cobrança do ITR, e encontram-se disponível no site da Receita Federal sob o nome Valor de Terra Nua (VTN) de 2024, no seguinte endereço: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos-tecnicos/vtn/tabela-vtn-2024-para-publicacao-1_xlsx.pdf/view, ou no arquivo anexo.

Caso os valores não atendam aos requisitos estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 1.877/2019, é importante realizar uma denúncia por meio do Sindicato Rural, junto à Delegacia Regional da Receita.

- **Pagamento do imposto**

O imposto poderá ser parcelado em até quatro quotas mensais iguais, desde que cada quota não seja inferior a R\$ 50,00. Valores inferiores a R\$ 100,00 devem ser pagos em uma única quota. A primeira quota, ou quota única, deverá ser quitada até 30 de setembro de 2024. As demais quotas vencerão no último dia útil de cada mês, acrescidas de juros com base na taxa Selic e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

- **Formas de pagamento**

O pagamento do imposto poderá ser efetuado por:

- i) transferência eletrônica realizada através do sistema de instituições financeiras autorizadas;
- ii) Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, perante qualquer agência bancária que integre a rede arrecadadora de receitas federais;
- iii) DARF com código de barras, gerado pelo Programa ITR 2024 e emitido com o QR Code do PIX e
- iv) Pagamento por meio de caixas eletrônicos de autoatendimento ou aplicativos bancários, em qualquer instituição integrante do sistema de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil (arranjo Pix), independentemente de ser integrante da rede arrecadadora de receitas federais.

TRIBUTÁRIO

- **Vigência da Instrução Normativa**

Os efeitos da [Instrução Normativa n.º 2206/2024](#) entram em vigor em **1º de agosto de 2024**.